

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA, DA 2ª EMISSÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA DO PARQUE TEMÁTICO PLAYCENTER S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **PARQUE TEMÁTICO PLAYCENTER S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal Vinhedo / Itupeva, 7001, Bairro do Moinho Fazenda Serra Azul, inscrita no CNPJ sob o nº 00.924.432/0001-99, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada "EMISSIONORA";
- (ii) **PLAYCENTER S.A.**, sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Dr. Rubens Meirelles, nº 380, Barra Funda, inscrita no CNPJ sob o nº 00.643.535/0001-80, doravante denominada "INTERVENIENTE" e,
- (iii) representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista nº 2.439 - 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO".

vêm por este e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública, da 2ª Emissão, de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Quirografária", doravante denominada "Escritura", contendo as seguintes cláusulas e condições:

**I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSIONORA, realizada em 18 de abril de 2000 e na deliberação do Conselho de Administração da Emissionora de 4 de maio de 2000.

A Assembléia Geral Extraordinária delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão e sobre as seguintes matérias: (i) época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures; e (iv) o cancelamento de debêntures não colocadas.



Handwritten signatures and initials on the right side of the document.

## II - DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta 2ª emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada "CVM", na forma da Lei nº 6.385, de 7/12/76, Lei nº 6404 de 15/12/76 e Lei nº 9545 de 05/05/97 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

### 2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo e publicada no Jornal de Vinhedo e Diário Oficial do Estado.

### 2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente escritura será registrada no competente Registro de Imóveis da Cidade em que se localiza a sede da EMISSORA.

## III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto: (i) a exploração de parques de diversões, centros de recreação, boliches e ramo de diversões públicas em todas as suas modalidades, áreas de lazer em geral e estacionamento de veículos (ii) locação de bens móveis aplicados aos fins referidos no item (i) retro (iii) participação e desenvolvimento inerentes às atividades referidas no item (i) supra no tocante a marketing, propaganda, publicidade, participação na mídia e outras atividades similares (iv) comércio, a importação de equipamentos aplicados às atividades referidas no item (i) supra (v) compra, a venda, assim como a importação e exportação de produtos químicos, perfumaria, cosméticos e artigos de toucador, produtos odontológicos, para curativos e higiênico metais e seus artefatos, ferragens e artigos de cutelaria, instrumentos e aparelhos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, produtos agrícolas de silvicultura, horticultura e floricultura, publicações em geral, guarda-chuvas, bengalas, tendas, metais e pedras preciosas e semi-preciosas e seus artigos, instrumentos musicais, papéis, impressos e artigos de papelaria, borrachas e metais plásticos, couros, peles e seus artefatos, móveis, artigos para limpeza e utensílios para limpeza e utensílios

para casa e cozinha, alimentos para animais, produtos pecuários, tecidos e roupas de cama, mesa e banho, roupas e acessórios de vestuários, inclusive descartáveis miudezas de armarinho e artigos têxteis, tapeçaria e cortinados, brinquedos, jogos e materiais para esporte, produtos alimentícios em geral laticínios, fumos e artigos para fumantes, bebidas em geral, serviços de transportes, publicidade e propaganda, medicina e assistência médica, ensino e diversões (iv) exploração do fornecimento de refeições através de todo o tipo de estabelecimento, tais como bares, restaurantes, lanchonetes, churrascarias, pizzarias, docerias, rotissarias e confeitarias e (iv) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

COLEÇÃO  
JUNHO  
FACON  
do Oficial

### **Número da Emissão**

O presente instrumento de Escritura constitui a 2ª emissão de debêntures, em série única.

### **3.3. Montante da Emissão**

O montante da presente emissão é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na data de emissão.

### **3.4. Colocação e Procedimento**

As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos Coordenadores da distribuição e de eventuais instituições financeiras subcontratadas, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

Poderá ser adotada qualquer modalidade de oferta pública com a utilização de serviços públicos de comunicação, tais como: lojas, escritórios, corretoras, intermediários acessíveis ao público ou através da internet.

### **3.5. Registro da Negociação**

As debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

### **3.6. Certificados de Debêntures**

A EMISSORA não emitirá certificados de debêntures.

AL: 9

A data de emissão das debêntures será o dia 1º de junho de 2000.

#### 4.1.8. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das debêntures será de 24 meses, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2002, ocasião em que a EMISSORA se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda se encontrem em circulação pelo valor nominal não amortizado acrescido da remuneração.

#### 4.1.9. Repactuação

Não há.

#### 4.1.10. Espécie

As debêntures serão da espécie quirografária, contando adicionalmente com garantia fidejussória, constituída neste ato, representada pela fiança prestada pelo INTERVENIENTE, qualificado no preâmbulo desta escritura que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga perante os debenturistas, na qualidade de fiador e principal pagador da EMISSORA, a garantir solidariamente o pagamento do valor nominal das debêntures, acrescido da remuneração, inclusive acréscimos moratórios, bem como quaisquer outros encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, sendo esta fiança irrevogável e irretroatável para todos os efeitos legais, renunciando desde já o INTERVENIENTE aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502 e 1.503 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil pelas obrigações assumidas na presente Escritura.

A INTERVENIENTE certifica que a prestação da fiança foi devidamente autorizada por sua Diretoria, nos termos de seu Estatuto Social, em 03 de maio de 2000.

#### 4.1.11. Limite da Emissão

A presente emissão atendeu aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, conforme demonstrado a seguir:

Valor da presente emissão	Valor do capital social subscrito e integralizado da EMISSORA
R\$ 50.000.000,00	R\$ 134.358.000,00

### 4.2. DA SUBSCRIÇÃO

#### 4.2.1. Prazo de Subscrição

#### **4.6.2. Endereçamento**

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

##### **Para EMISSORA:**

Estrada Municipal Vinhedo/Itupeva, 7001,  
Bairro do Moinho Fazenda Serra Azul  
Vinhedo, Estado de São Paulo  
At. Sr. Marcelo Cardoso  
Diretor de Relação com Investidores  
Telefone: (019) 3836 9001  
E-mail: mcardoso@playcenter.com.br

##### **Para o Agente fiduciário:**

Planner Corretora de Valores S.A.  
Av. Paulista 2439, 11º andar  
CEP: 01311-300, (São Paulo / SP)  
At. Sr. Artur Martins de Figueiredo  
Telefone: (11) 3061-9444 ramal 467  
Fac-símile: (11) 3061-0964  
E-mail: agfiduciario@planner.com.br

##### **Para a Interviente:**

Rua Dr. Rubens Meirelles, nº 380, Barra Funda,  
São Paulo, Estado de São Paulo.  
At. Sr. Eneas Pestana  
Diretor de Relações com Investidores  
Telefone: (011) 3618 2755  
E-mail: enecas.dir@playcenter.com.br

As comunicações feitas à EMISSORA, ao AGENTE FIDUCIÁRIO e à INTERVENIENTE serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de 180 dias a contar da data da concessão do registro pela CVM.

#### **4.2.2. Preço de Subscrição**

As debêntures serão subscritas pelo saldo do seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido da remuneração, desde a data de emissão ou data de vencimento da remuneração imediatamente anterior, até a data da subscrição.

#### **4.2.3. Integralização**

A integralização será feita no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

### **4.3 DA REMUNERAÇÃO**

#### **4.3.1 Juros**

As debêntures serão remuneradas com taxa de juros flutuante, referenciada na taxa média de juros dos depósitos interfinanceiros denominada Taxa DI "over extra-grupo", de um dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, doravante denominada "Taxa DI".

As taxas serão calculadas exponencial e cumulativamente *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal não amortizado das debêntures, a partir da data de emissão ou data de vencimento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

##### **4.3.1.1. Sobretaxa**

Os juros serão acrescidos de uma sobretaxa de 1,2 % ao ano, base 252 dias.

##### **4.3.1.2 Pagamento da remuneração**

O pagamento da remuneração correspondente ao primeiro "período de capitalização" será devido após decorridos 9 (nove) meses da data de emissão, no dia 1º de março de 2001, e, a partir desta data, será devido mensalmente, nos dias 1º de cada mês, até a data de vencimento das debêntures, qual seja, dia 1º de junho de 2002.

#### **4.3.2 Fórmula de Cálculo da Remuneração**

A remuneração das debêntures será determinada aplicando-se a fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \prod_{i=1}^f [(TDIs) + 1] - 1 \right\}$$

onde:

**J** = valor dos juros a ser pago no fim de cada período de capitalização;

**VN** = valor nominal ou saldo do valor nominal da debênture no início do período de capitalização;

$\prod_{i=1}^f$  = produtório de "f" termos, referente ao número de dias úteis contidos entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, de cada período de capitalização;

**f** = número total de Taxas DI, nos dias contidos entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, de cada período de capitalização.

**TDIs** = Taxas DI, acrescidas da sobretaxa, expressa, na forma unitária ao dia, verificadas nos "f" dias entre o início do período de capitalização, inclusive, e o fim do período de capitalização, exclusive, e obtidas a partir da seguinte fórmula:

$$TDIs = \left[ \left( \frac{TaxaDI}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{S}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} - 1 \quad ; \text{onde:}$$

**S** = Sobretaxa de 1,2 % a.a., expressa em percentual ao ano, com duas casas decimais.

**Taxa DI** = conforme definida no item 4.3.1.;

**Período de Capitalização** = define-se "período de capitalização" da remuneração o intervalo de tempo que se inicia na data de emissão (no caso do primeiro período de capitalização), ou data de vencimento da remuneração imediatamente anterior (no caso dos demais períodos de capitalização), e termina na data de vencimento da remuneração do período de capitalização em curso. Cada período de capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O primeiro "período de capitalização" terá início na data da emissão e término no 1º de março de 2001.



Handwritten signature and initials.

### 4.3.3 Apuração da Taxa DI

Para efeito das cláusulas e condições estabelecidas nesta Escritura, adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses:

- A utilização da Taxa DI deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- Na indisponibilidade temporária da taxa acima referida por prazo não superior a 5 dias úteis, será utilizada automaticamente, em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da EMISSORA;
- A indisponibilidade temporária da taxa por prazo superior a 5 dias úteis exigirá a realização de Assembleia Geral Especial de Debenturistas, convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO exclusivamente para a definição, de comum acordo com a EMISSORA, do procedimento a ser adotado em relação a remuneração das debêntures; e
- Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da taxa às debêntures, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, de comum acordo com a EMISSORA, para deliberação, no prazo máximo de 30 dias, do novo parâmetro de remuneração das debêntures a ser proposto pela EMISSORA.

### 4.4. CONDIÇÕES ESPECIAIS

#### 4.4.1. Amortização Programada

O valor nominal das debêntures será amortizado em 15 parcelas mensais e consecutivas, após 10 meses da data de emissão, nas seguintes datas:

Datas de Amortização	Parcela do valor nominal a ser amortizada*
01/04/01	6,666%
01/05/01	6,666%
01/06/01	6,666%
01/07/01	6,666%
01/08/01	6,666%
01/09/01	6,667%
01/10/01	6,667%
01/11/01	6,667%
01/12/01	6,667%
01/01/02	6,667%



01/02/02	6,667%
01/03/02	6,667%
01/04/02	6,667%
01/05/02	6,667%
01/06/02	6,667%

\* O valor de cada parcela será apurado aplicando-se o percentual de amortização sobre o valor nominal da debênture na data de emissão.

#### 4.4.2. Vinculação de Receita e Fundo de Reserva

Será constituído fundo de reserva para assegurar o pagamento das amortizações programadas e da remuneração, a partir de 2 de junho de 2001.

O fundo de reserva será operacionalizado através da abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco S.A. ("Conta Movimento"), na qual será depositado 100% do valor das receitas obtidas pela Emissora na realização de suas atividades (venda de produtos e serviços), em papel moeda ou cheque, bem como as receitas advindas do Contrato de Concessão de Uso de Área para a Prestação de Serviços Bancários, Divulgação de Produtos e Outras Avenças, firmado em 12 de março de 1997, com o Banco Bradesco S.A., excluindo-se as receitas advindas de outros contratos de patrocínio e pagamentos feitos através de cartão de crédito desde a data da emissão até a data do integral pagamento das obrigações da EMISSORA previstas nesta Escritura. Da Conta Movimento, serão transferidos recursos para outra conta mantida junto ao Banco Bradesco S.A. ("Conta Vinculada"). Na Conta Vinculada, a partir do dia 2 de junho de 2001, será mantido saldo mínimo diário equivalente a 100% da parcela de amortização e remuneração vincenda no mês subsequente.

Enquanto não utilizados para o pagamento da remuneração e amortizações programadas, os recursos mantidos na Conta Vinculada serão investidos em ativos financeiros de renda fixa junto ao Banco Bradesco S.A. Os ativos financeiros existentes no fundo de reserva deverão ter data de resgate ou vencimento anterior às datas de amortização programada ou estar aplicados em investimentos que apresentem possibilidade de resgate a qualquer momento.

Os recursos da Conta Movimento poderão ser livremente utilizados pela EMISSORA, desde que seja mantido o saldo mínimo referido acima na Conta Vinculada. Caso o saldo da Conta Vinculada esteja abaixo do montante mínimo ora exigido, o valor integral das receitas obtidas pela Emissora na realização de suas atividades (venda de produtos e serviços), em papel moeda ou cheque, bem como as receitas advindas do Contrato de Concessão de Uso de Área para a Prestação de Serviços Bancários, Divulgação de Produtos e Outras Avenças, firmado em 12 de março de 1997, com o Banco Bradesco S.A., excluindo-se as receitas advindas de outros contratos de patrocínio e pagamentos feitos através de cartão de crédito será direcionado para recomposição do saldo da Conta Vinculada. Os termos e condições da operacionalização do fundo de amortização encontram-se descritos no Termo de Vinculação de Receita constante do Anexo I a

esta Escritura.

#### **4.5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

##### **4.5.1. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado à CETIP na sede da EMISSORA..

##### **4.5.2. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Capital do Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

##### **4.5.3. Encargos Moratórios**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures, o débito em atraso ficará sujeito a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da remuneração estabelecida nesta Escritura, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

##### **4.5.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.6. DAS COMUNICAÇÕES**

##### **4.6.1. Publicidade**

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados na forma de avisos, na edição do jornal Diário do Comércio.

No caso de mudança de qualquer dos endereços acima, a EMISSORA deverá comunicar a mudança aos debenturistas através da publicação de aviso nos termos do item 4.6.1 acima.

## **V - DOS COMPROMISSOS DE PROTEÇÃO (COVENANTS)**

Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, a EMISSORA obriga-se a:

- I. não constituir qualquer garantia real ou fidejussória sobre seus ativos, receitas presentes ou futuras, a fazer com que suas controladas não constituam qualquer garantia real ou fidejussória sobre seus ativos, receitas, presentes ou futuras, em garantia de qualquer dívida de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a menos que, anterior ou concomitantemente a criação da garantia, as obrigações da EMISSORA decorrentes desta emissão, (a) sejam igualmente garantidas de modo satisfatório ao AGENTE FIDUCIÁRIO em benefício dos debenturistas, ou (b) tenham o benefício de qualquer outra garantia que o AGENTE FIDUCIÁRIO, a seu livre e exclusivo critério, julgue satisfatória ou que seja aprovada em Assembléia Geral de Debenturistas;
- II. não alienar ativos em montante igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- III. observar os seguintes limites e índices econômico-financeiros ("Limites e Índices"):
  - (a) a partir de 30 de junho de 2000, quaisquer operações de empréstimo ou equivalentes a serem realizadas que impliquem uma relação entre a Dívida Líquida e a Capitalização Total (conforme definidos a seguir) superior a 65% (sessenta e cinco por cento) deverão ser expressamente subordinadas a esta emissão.
  - (b) não realizar: (i) distribuição de dividendos a seus acionistas; (ii) mútuos ativos com coligadas, controladas, subsidiárias ou pessoas ligadas e (iii) reduções de capital.

Onde:

"Dívida Líquida" significa o somatório das dívidas contraídas pela EMISSORA junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras ou devidas em função de emissões de títulos e valores mobiliários de renda fixa emitidos no mercado de capitais brasileiro e/ou internacional, utilizados para pagamento de dívidas já existentes, capital de giro e outras atividades inerentes ao seu negócio ("Dívida Total"), descontadas das Disponibilidades Financeiras da EMISSORA e bem como dívidas subordinadas incorridas ou assumidas pela EMISSORA após esta data.

"Capitalização Total" significa o somatório de "Dívida Total" e do Capital Social da EMISSORA.

Com relação ao disposto neste inciso, deverá ser observado o seguinte procedimento:

- (a) o AGENTE FIDUCIÁRIO, trimestralmente, tendo recebido os demonstrativos financeiros, deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, verificar o cumprimento, pela EMISSORA, dos Limites e Índices aplicáveis, comunicando aos debenturistas os eventuais desenquadramentos verificados, bem como qualquer outra inadimplência que vier a ser comunicada pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (b) a EMISSORA, sempre que solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá enviar as mesmas informações que comprovem o cumprimento, pela EMISSORA, dos Limites e Índices;
- (c) caso haja desenquadramento dos Limites e Índices sem que tal desenquadramento tenha sido aprovado pelos debenturistas reunidos em assembléia convocada especialmente para este fim, a EMISSORA terá o prazo de 15 (quinze) dias para enquadrar-se nos Limites e Índices contados da data de aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO. Havendo o enquadramento dos Limites e Índices pela EMISSORA no prazo concedido pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, a EMISSORA deverá enviar imediatamente declaração de enquadramento ao AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- (d) não havendo o enquadramento dos Limites e Índices após o prazo previsto na alínea (c) acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar assembléia para que seja aprovado por debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação (1) a não aceitação do desenquadramento dos Limites e Índices e a conseqüente declaração de vencimento antecipado das Debêntures em circulação; ou (2) a aceitação do novo nível de desenquadramento dos Limites e Índices, por prazo a ser determinado na assembléia de debenturistas, findo do qual a EMISSORA deverá enviar imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO declaração de enquadramento nos Limites e Índices, sob pena de em não o fazendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures, por decisão dos debenturistas reunidos em assembléia convocada especialmente para este fim.

## VI - DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA

### 6.1. Resgate Antecipado

As debêntures poderão ser resgatadas pela EMISSORA, desde que esta informe os debenturistas de sua intenção, através de publicação feita nos termos do item 4.6.1, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo valor nominal da debênture acrescido da remuneração *pro rata temporis* e prêmio de reembolso de 0,5%. As debêntures resgatadas deverão ser obrigatoriamente canceladas.

Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgado amplamente pela imprensa.

### 6.2. Amortização Extraordinária

A EMISSORA poderá determinar outras amortizações parciais, que não as previstas nesta

Escritura, a qualquer momento a partir da data da emissão, desde que informe os debenturistas de sua intenção, através de publicação feita nos termos do item 4.6.1, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Ao valor da amortização extraordinária deverá ser acrescido o pagamento de prêmio de reembolso de 0,5% e o valor correspondente à amortização deverá ser abatido do saldo do valor nominal das debêntures a ser amortizado.

### 6.3. Vencimento Antecipado

O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA ou pela INTERVENIENTE, do valor nominal acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento;

b) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 dias, contados do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

c) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, pela INTERVENIENTE ou por suas controladas;

d) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA, da INTERVENIENTE ou de suas controladas;

e) alteração estatutária, modificação ou alienação do controle acionário da EMISSORA ou da INTERVENIENTE, bem como reorganização societária envolvendo a EMISSORA ou a INTERVENIENTE que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas nesta Escritura; e

f) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA ou INTERVENIENTE, cujo valor global ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;

## VII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA/ACIONISTAS

A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

a) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a.1) dentro de no máximo 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- a.2) dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;
- a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
- a.4) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais, bem como a data e ordem do dia da assembleia a realizar, e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.6.1. Publicidade;
- a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;
- a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA, imediatamente após o seu recebimento;
- a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contado da respectiva data de vencimento;
- b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da EMISSORA) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da EMISSORA;
- d) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão nos termos do item 9.1. Convocação desta Escritura de Emissão caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;
- e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;



- f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
- h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;
- k) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

## **VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **8.1. Nomeação**

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta escritura, Planner Corretora de Valores S/A, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das debêntures.

### **8.2. Declaração**

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº. 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) Estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central do Brasil.

- f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
- h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;
- k) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

## **VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **8.1. Nomeação**

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta escritura, Planner Corretora de Valores S/A, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das debêntures.

### **8.2. Declaração**

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº. 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) Estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central do Brasil.



A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

### **8.3. Substituição**

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetua-la.

Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual será registrada a presente escritura de emissão.

O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

### **8.4. Deveres**

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) Proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

- b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) Verificar a observância, pela EMISSORA, dos limites do valor total das emissões de debêntures previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função de privilégio geral oferecido;
- e) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) Promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta escritura de emissão e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- g) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- i) Verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória;
- j) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- k) Solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- l) Convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;
- m) Comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) Elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- n.1) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, ~~contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação de prestação de informações pela EMISSORA;~~
  - n.2) Alterações estatutárias ocorridas no período;
  - n.3) Comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;
  - n.4) Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
  - n.5) Resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela EMISSORA;
  - n.6) Constituição e aplicações do fundo de reserva das debêntures;
  - n.7) Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
  - n.8) Relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - n.9) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
  - n.10) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.
  - n.11) Declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória das debêntures da presente emissão.
- o) Colocar o relatório de que trata o inciso "n" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- o.1) na sede da EMISSORA;
  - o.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;
  - o.3) na CVM;
  - o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
  - o.5) na instituição que liderou a colocação das debêntures.

- p) Publicar, nos órgãos da Imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "o";
- q) Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- r) Coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas;
- s) Administrar os recursos da emissão na ocorrência da hipótese prevista no §2º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76;
- t) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta escritura de emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- u) Notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - u.1) à CVM;
  - u.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
  - u.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

### 8.5. Atribuições Específicas

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) Declarar, observadas as condições da presente escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Requerer a falência da EMISSORA;
- c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- d) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia dos

Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do *caput* deste item.

Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

#### 8.6. Remuneração

Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas semestrais de R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais) cada uma, vencendo-se a primeira no 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da obtenção do registro na CVM;
- b) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no respectivo período, ou na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, por outro índice que venha a substituí-lo;
- c) A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento de Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

#### 8.7. Despesas

A EMISSORA ressarcirá ao AGENTE FIDUCIÁRIO todas as despesas que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA.

As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

## **IX - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS**

### **9.1. Convocação**

A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada a qualquer tempo, mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, sendo que a primeira convocação deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a assembléia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação, ou pela CVM.

### **9.2. Quorum de Instalação**

A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

### **9.3. Mesa Diretora**

A presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### **9.4. Quorum de Deliberação**

Nas deliberações da Assembléia, a cada debênture caberá um voto, admitida constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.

### **9.5. Presença na Assembléia**

O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, bem como será facultada a presença de representantes legais da EMISSORA.

DE FIDUCIÁRIO  
DO FATOR  
DO OFICIAL

## **X - DA DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **10.1. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **10.2. Foro**

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este instrumento no dia e ano a seguir mencionados, em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com 2(duas) testemunhas.

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública, da 2ª Emissão, de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Quirográfrica do Parque Temático Playcenter S.A., datado de 11/05/2000)

São Paulo, 11 de maio de 2000

Marcelo Lopes Cardoso  
CPF 00020254-36

Amândeo Zancopé  
CPF 008344008-93

ENÉAS CÉSAR PESTANA NETO  
CPF 023.327.978-40

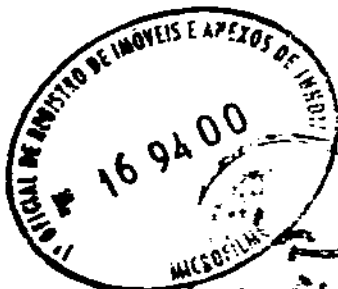
SÉRGIO DE FIGUEIREDO S. FILHO  
CPF 063.842.978-08

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

Testemunhas

Nome: Catherine A.O.M. Barbosa  
RG: 21.279.081  
CPF: 141.231.668-57

Nome: Roberto Mesquita  
RG: 17.199.146-1  
CPF: 206.248.458-50



24

CARTÓRIO DO 16.º TABELIAO DE NOTAS  
SAO PAULO - CAPITAL  
Rua Bela Cintra, 1165 - Capital - SP  
Fabio Tadeu Bisognin - Tabelião

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRM(A)S DE:  
CARLOS ARNALDO BORGES DE SOUZA (4059),  
ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO (102511),  
São Paulo, 12 de maio de 2000.  
EM TEST. \_\_\_\_\_ DA VERDADE.

RONALDO ROBERTO ZARATIN - ESCRIVENTE  
COO. SEGURANÇA : 0130/12052000-7 2  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE  
FIRMA R\$ 1,69 e TOTAL R\$ 7,38